

**Público**

05-08-2017

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 51453**Temática:** Economia**Dimensão:** 2504 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/18 a 19

Lavagem de dinheiro gera dívida de dez milhões da TAP a Angola

TAP foi usada num esquema de branqueamento de capitais com origem numa participada da Sonangol. A operação, segundo a acusação do Ministério Público, provocou a dívida da empresa portuguesa **Economia, 18/19**

18 • Público • Sábado, 5 de Agosto de 2017

ECONOMIA

Lavagem de dinheiro: TAP ficou a dever 10 milhões a Angola

A TAP ficou a dever dez milhões de euros a uma subsidiária da Sonangol por causa de um esquema de corrupção montado em benefício das finanças pessoais de dirigentes da petrolífera angolana, com a ajuda de um administrador da transportadora

Aviação
Ana Henriques,
Luís Villalobos

A acusação foi deduzida pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) contra sete arguidos (três advogados e quatro pessoas ligadas à TAP) pelos crimes de corrupção activa com prejuízo no comércio internacional, branqueamento e falsificação de documentos. E descreve como a transportadora aérea angolana Sonair, que pertence à Sonangol, pagou elevadas somas à TAP durante cerca de quatro anos, até 2013, para que esta lhe fizesse a manutenção dos aviões. Acontece, segundo o Ministério Público, que nenhum serviço foi prestado: "A Sonair nunca exigiu a prática de qualquer trabalho de manutenção dos motores das aeronaves, pois, na realidade, não se pretendia a realização dessa prestação contratual".

Para fazer com que os dinheiros públicos angolanos fossem parar às mãos de pessoas ligadas ao universo Sonangol, escreve o procurador Carlos Casimiro – que se tornou titular deste processo depois de o seu colega Rosário Teixeira ficar adstrito em exclusividade à *Operação Marquês* – foi criada uma empresa de fachada sediada em Inglaterra, a Worldair, que funcionava como intermediária entre as duas transportadoras aéreas, cobrando por isso uma comissão anormalmente elevada: apesar de desconhecida no mercado aeronáutico, os seus serviços de consultoria custavam 74% do valor dos contratos em causa.

Empresa de fachada

"A Worldair não possui uma estrutura própria para a prestação de quaisquer serviços – limitando-se a proceder à emissão de facturas – e os pagamentos que recebe são depois repartidos por diversas contas de entidades em *offshore* cujos beneficiários finais são pessoas co-

nexas com a Sonangol", pode ler-se na acusação, que explica que a empresa não é sequer conhecida no ramo aeronáutico. De resto, a consultora, que é propriedade de um advogado português a residir em Espanha, considerado pelas autoridades o verdadeiro cérebro de todo o esquema, só passou a trabalhar formalmente para a companhia aérea angolana já depois de a TAP a ter contratado como intermediária do negócio com a Sonair.

"Ao possibilitar meios financeiros a essas pessoas [ligadas à Sonangol], os promotores do esquema [os advogados] desenvolveram uma forma de esses fundos serem aplicados na aquisição de imóveis. Em Almançil e no Parque das Nações foram compradas fracções em nome de sociedades nacionais constituídas com base nas sociedades *offshore* beneficiárias do esquema", explica o DCIAP, citando casas de 300 mil euros a 1,3 milhões de euros compradas por sociedades como a Wildsea, Ka Lumba ou Corelli que, através de locais como as Seychelles, reintroduziam assim o dinheiro

Para fazer com que os dinheiros públicos angolanos fossem parar às mãos de pessoas ligadas ao universo Sonangol, foi criada uma empresa de fachada sediada em Inglaterra, a Worldair

na economia portuguesa, permitindo depois a sua utilização.

Outra parte do dinheiro ia para contas bancárias de instituições financeiras sediadas em Portugal, e que, tal como no caso dos imóveis, foram apreendidas pelas autoridades nacionais. Várias das empresas mencionadas na investigação surgem referidas nos Panama Papers.

Os últimos beneficiários identificados foram nove cidadãos angolanos, incluindo o ex-presidente executivo da Sonangol, Francisco José Lemos Maria, dois antigos administradores da petrolífera, Miro Martins, enteado do actual vice-presidente de Angola e ex-CEO da Sonangol, Manuel Vicente, e Zandre Finda, dado como ligado aos negócios do General Manuel Vieira Dias ("Kopelipa"), chefe da Casa Militar do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

TAP recebeu 25 e pagou 10

Ao todo, terão entrado 25 milhões na TAP, vindos da Sonair, dos quais 18 milhões tinham como destino a Worldair, por serviços de consultoria. Desses 25 milhões, 21,6 milhões foram pagos até Março de 2013, tendo mais 3,5 milhões sido pagos em Junho. No entanto, nesse ano, na sequência da investigação da Polícia Judiciária, que levou a três auditorias internas da TAP ligadas aos contratos com a Sonair e com a Worldair, a transportadora aérea portuguesa cessou os pagamentos a esta última entidade.

Ao todo, a TAP acabou por entregar o total de 9,9 milhões de euros à Worldair (metade do que ficara inicialmente acordado), que fez circular esse dinheiro a favor das personalidades ligadas à Sonangol. No final de 2013, a TAP reconheceu terem sido pagos pela transportadora aérea angolana serviços não prestados, pelo que, atesta o Ministério Público, com base em informações da própria transportadora portuguesa, "se chegou a um acordo pelo qual a TAP prestará serviços à So-



Segundo a acusação, o esquema contou com a participação de quatro fun

nair no valor do respectivo crédito", de dez milhões de euros.

Caso não tenha sido renovado, o contrato terá acabado no passado mês de Julho (após uma prorrogação). E, pelo menos até ao início deste ano, "nunca vieram a ser exigidos quaisquer serviços de manutenção ou reparação das aeronaves". Se for esse o cenário final, isso significa que TAP acabou por não ter de prestar serviços à Sonair, assumindo a empresa da Sonangol o prejuízo da saída ilícita de dinheiro.

"Despesas confidenciais"

Para já, o que se sabe é que o conselho de administração liderado por Fernando Pinto, quando a em-

presa ainda era 100% do Estado português, levou os custos desta operação a "despesas confidenciais", com "todas as consequências fiscais" inerentes. O PÚBLICO enviou várias questões à TAP, que ficaram sem resposta até ao fecho deste artigo.

De acordo com o Ministério Público, o esquema de lavagem de dinheiro teve a participação de quatro trabalhadores da TAP: Fernando Jorge Sobral (membro do conselho de administração até Agosto de 2013), Vitor Pinto, José dos Santos e Pedro Pedrosa. Os quatro ex-responsáveis afirmaram sempre que a sua actuação "era em nome e no interesse da TAP". E justificam a contratação da intermediária Worldair como lhes tendo sido

Um dos suspeitos é Fernando Sobral, que foi membro do conselho de administração de Fernando Pinto (na foto) até Agosto de 2013



Ministério Público pede a Angola para investigar figuras ligadas ao regime

Ana Henriques e Luís Villalobos

O Ministério Público quer que as autoridades angolanas investiguem várias figuras deste país com ligações à Sonangol, incluindo Mirco Martins, enteado do vice-presidente de Angola e ex-presidente executivo da petrolífera estatal angolana, Manuel Vicente, e Zandre Finda, dado como estando ligado aos negócios do General Manuel Vieira Dias ("Kopelipa"), chefe da Casa Militar do presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

Tanto um como outro são, para o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), suspeitos de criminalidade económico-financeira, por constituírem os beneficiários finais de duas firmas com sede em paraísos fiscais nas quais eram depositadas as comissões anormalmente altas pagas pela TAP à consultora que intermediava a sua prestação de serviços à transportadora aérea Sonair, detida pela Sonangol: a Halifax Global Corporation e a Kennex Global, ambas referidas nos *Panama Papers*.

Mas as ligações suspeitas não ficam por aqui. Para os investigadores houve mais pessoas a beneficiar do dinheiro que saiu da Sonair, passou pela TAP, foi entregue à intermediária Worldair e seguiu daí para várias *offshores* detidas por cidadãos angolanos. Desde logo dois ex-dirigentes da aerotransportadora da empresa angolana. "Impõe-se concluir que os factos investigados consubstanciam a prática pelo menos pela parte de João Alves Andrade [ex-CEO da Sonair] e Luís Ferreira do Nascimento José Maria [administrador] dos crimes de abuso de poder", refere a acusação deduzida pelo Ministério Público, para quem a amnistia decretada naquele país para os crimes comuns cometidos até Novembro de 2015 não se aplica neste caso.

"Os crimes praticados pelos empregados públicos no exercício de funções não podem ser classifica-

dos como crimes comuns", refere o procurador Carlos Casimiro, explicando que só o branqueamento e a corrupção foram amnistiados. No entender do magistrado, também podem ter incorrido na prática do crime de abuso de poder, caso à altura dos factos fossem funcionários públicos o ex-presidente executivo da Sonangol, Francisco Lemos Maria

Lista inclui enteado de Manuel Vicente e o seu sucessor na presidência da Sonangol, Francisco Lemos Maria

(beneficiário da *offshore* Corelli Holdings, sucedeu a Manuel Vicente, do qual era administrador financeiro) e dois antigos administradores da petrolífera quando a Sonangol era liderada por Francisco Lemos Maria, Fernando Mateus (beneficiário da Cetus Financial) e Mateus Neto (que detém a *offshore* Kalumba Limited). Do rol do Ministério Público faz ainda parte outro antigo executivo da Sonangol, Raul Coimbra (através da Wildsea Holdings), director de infra-estruturas da Sonangol.

Perante estes indícios, o DCIAP pediu à procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, para remeter ao seu homólogo angolano uma cópia deste processo, "para eventual abertura de investigação criminal". Questionada pelo PÚBLICO, a PGR informou que já o fez, no final do mês passado.



cionários da TAP

imposta pela Sonair como condição para contratarem a companhia aérea portuguesa. Interrogado pela Polícia Judiciária, Fernando Sobral assegurou que a TAP prestou mesmo serviços à congénere angolana – embora não tenham sido serviços físicos.

Miguel Coelho, João Correia e Ana Paula Ferreira foram os advogados constituídos arguidos. Terão sido eles a montar a estratégia de circulação de dinheiro entre a Worldair e os últimos beneficiários ligados à Sonangol, passando pelas *offshores*. No caso do contrato entre a TAP e a Sonair, este foi assinado por Fernando Sobral, em representação da TAP. A empresa, segundo a acusação, desconhecia o esquema montado, embora tenha chegado a ser constituída

arguida. Mas acabou por ser ilibada, até porque Fernando Sobral nunca submeteu os contratos em causa à aprovação do seu conselho de administração executivo, como devia ter feito, uma vez que eram superiores a um milhão de euros. Já o contrato com a Worldair foi assinado por Vítor Pinto (director-geral de manutenção) e José João Santos.

O Ministério Público descobriu ainda que tanto a alemã Lufthansa como a francesa Heli-Union terão sido igualmente usadas pela Worldair num esquema com contornos do mesmo género, tendo alertado as autoridades daqueles países.

luis.villalobos@publico.pt
ana.henriques@publico.pt



Joana Marques Vidal já enviou cópia do processo para Angola